[Recensão a] Victor Henrich Baumann, Ferma romană din Dobrogea

Autor(es): Mantas, Vasco Gil

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45662>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_24_10

Accessed : 26-Apr-2023 12:09:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIV

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1985

- P. 21, linha 21, talvez por gralha, aparece *século quinze* por *século quinto*.
- P. 43, linha 13, «pequenos santuários» e «família» não são a tradução adequada para *shrines* e *household*. Trata-se dos *altares* existentes nas *casas* gregas. Na mesma página, linha 14, será incorrecto traduzir *parishes* por «sectores populacionais». O autor alude ao *demos* ateniense que, como se sabe, era uma circunscrição autárquica com certas semelhanças com as nossas *freguesias*. Por isso, considero preferível o uso deste termo.
- P. 88, penúltima linha, faltou traduzir *not of men*. A frase correcta será «...a tragédia é uma imitação, não dos homens, mas da acção e da vida».

À parte estes reparos, a tradução merece de modo geral confiança e constituirá um acessível e valioso instrumento de consulta.

Outras traduções de obras fundamentais sobre a Antiguidade Grega têm as «Edições 70» anunciadas — *Instituições Gregas* de Claude Mossé e *Economias e Sociedades na Grécia Antiga* de M. Austin e P. Vidal-Naquet. Na esperança de em breve as ver em letra de forma, aqui deixo o meu aplauso pela iniciativa.

J. RIBEIRO FERREIRA

VICTOR HENRICH BAUMANN, *Ferma romană din Dobrogea*, Tulcea, Muzeul Deitei Dunarii, 1983, 279 p., 69 fig., 46 est.

A Dóbruja é formada pelo território romeno situado entre o Danúbio e o Mar Negro, tendo feito parte outrora das províncias romanas da Mésia Inferior e da Cítia Menor. Ocupada gradualmente pelos romanos, a partir das cidades gregas da costa, desde 9 a.C., constitui a região romena que mais tempo se manteve em contacto com a latinidade, pois permaneceu integrada no Império após o abandono da Dácia. O processo de romanização iniciou-se lentamente no principado de Augusto, quando a Dóbruja era uma obscura Finisterra do mundo romano, como dramaticamente o lastimou Ovídio exilado: «Estou condenado a ver os Sarmatas, uma terra privada de paz e o mar gelado» (Ovídio, *Ponticas*, II, 2, 93-94). O poeta decerto se surpreenderia, e talvez se sentisse confortado na sua solidão em Tómis, se pudesse vislumbrar no futuro o êxito brilhante que a latinidade conheceria em paragens aparentemente nada propícias, êxito que explica o que é, talvez, o mais comovente de todos os legados romanos, a língua romena. É um pouco a história do processo que preparou tão invulgar destino que V. H. Baumann retrata ao procurar definir o papel da *oilla rustica* na romanização do Baixo-Danúbio. *Ferma romană din Dobrogea* representa o resultado de um decénio de investigação (1971-1981), pela primeira vez sistemática, sobre os

numerosos vestígios da implantação rural romana na região, considerada pelo autor como «um factor importante na criação, e afirmação de urna romanidade vigorosa estabelecida para sempre no Baixo-Danúbio (p. 151)».

A obra, cuja apresentação gráfica se pode considerar muito agradável, se exceptuarmos a má qualidade de uma ou outra fotografia, consta de urna parte introdutória muito reduzida, precedendo quatro capítulos em que o problema da origem e o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais romanos na Dóbruja é cuidadosamente analisado com largo recurso, naturalmente, às fontes arqueológicas. Como arqueólogo experimentado, Baumann conhece perfeitamente o valor probatório dos materiais recuperados durante escavações ou sondagens conduzidas com rigor científico sem esquecer, todavia, a importância de testemunhos referenciados de forma ocasional, quando atribuíveis a um contexto conhecido, como podemos verificar nos 10 copiosos anexos que completam os capítulos fundamentais da obra, inventariando materiais arqueológicos diversos provenientes das *villae* da Dóbruja (p. 154-203). A necessidade de ilustrar um estudo desta natureza foi igualmente considerada pelo autor o que se traduziu na inclusão de numerosas figuras no texto, em especial cartas e plantas, e de 46 estampas a preto e branco. Dois resumos do texto, um em francês (p. 204-218), outro em alemão (p. 219-232), resultam muito úteis, embora de maneira nenhuma permitam mais do que esboçar uma ideia da riqueza documental e da qualidade metodológica do trabalho de Baumann, só possíveis de apreciar através de uma leitura directa do texto romeno. Os dois primeiros capítulos da obra servem de introdução ao relato das pesquisas do autor, sintetizadas sob a forma de conclusões no quarto e último capítulo. Nas páginas dedicadas ao estudo do lugar da *villa rustica* no sistema sócio-económico romano, Baumann traça um rápido panorama da tipologia e da estrutura económica das *villae*, consideradas desde logo como documentos económicos, sociais e demográficos de primeira ordem para a história das províncias (p. 14). Começa por se ocupar da pertinente questão que consiste em definir concretamente as características gerais que permitem classificar um estabelecimento rural romano como *villa*, o que só na aparência é fácil, mesmo quando, como no caso presente, se recorreu à lição dos autores clássicos. Para Baumann, a *villa* consiste num edifício rural, constituído pela residência mais ou menos rica do proprietário ou responsável (*pars urbana*) e pelas instalações destinadas a apoiar as actividades produtivas nela desenvolvidas (*pars fructuaria*), conjunto estruturalmente sujeito às exigências de uma economia de mercado. Propõe, todavia, uma classificação mais precisa baseada sobretudo na dimensão e forma de administração da propriedade: *villa rustica*, centro de uma pequena herdade residencial de 10 a 80 *jugera* (10 *jugera* = 2,5 hectares); *villa rustica*, eventualmente dirigida por um feitor ou rendeiro, controlando urna área média, de 80 a 500 *jugera*; *villa urbana*, grande propriedade de luxo, com mais de 500 *jugera*, por vezes dividida em parcelas à frente das quais podiam estar feitores ou rendeiros do proprietário (p. 15). Esta tentativa de classificação, muito dependente de factores nem sempre conhecidos, assenta, finalmente, numa convenção já antiga que agrupa as *villae*

em dois tipos fundamentais: *villae rusticae*, equivalentes às quintas modernas, e *villae urbanae*, comparáveis aos grandes solares rurais (A. Grenier, *Manuel d'archéologie gallo-romaine*, VI, 2, Paris, 1934, p. 782-783). Quanto à estrutura das *villae* o autor distingue três tipos: a *villa* organizada em torno de um pátio interior, a *villa* constituída por um edifício único, centrado num corredor, e a *villa* comportando diversas construções dispersas no interior de um recinto (p. 15). Depois de enumerar os elementos específicos de cada sector da *villa* (p. 16-17), Baumann refere ainda os modelos arquitectónicos que considera dominantes: o tipo mediterrânico, o tipo helenístico e o tipo romano-céltico, ressaltando, aliás, as adaptações impostas pelos diferentes meios provinciais (p. 18-22). Embora sumária, não se trata de uma tipologia meramente teórica, dado que Baumann multiplica os exemplos concretos, uns oriundos das províncias danubianas, outros de diversas regiões do Império, colhidos numa bibliografia muito vasta mas onde gostaríamos de ver incluídas duas obras que teriam sido de extrema utilidade neste capítulo: J. Percival, *The Roman villa. An historical introduction*, Los Angeles, 1976; J. G. Gorges, *Les villas hispano-romaines*, Paris, 1979. O autor não ignora o convencionalismo que marca uma parte da tipologia proposta, reconhecendo abertamente a dificuldade em utilizar o termo *villa rustica* dada a variedade dos estabelecimentos agrícolas romanos da época imperial: *Incepind cu sec. I e. n., termenul de villa rustica nu mai poate defini complexitatea gospodăriilor apărute in cele mai diverse locuri si proprietati rurale de pe întinsul Imperiului roman* (p. 15). Bauman descarta a função como factor classificativo enquanto que, por outro lado, o critério da superfície suscita problemas nada fáceis de resolver quando se lhe pretende dar uma aplicação prática. Uma grande propriedade podia ser constituída por várias parcelas não contínuas e mesmo um grande domínio não repartido podia contar com uma *villa* principal e outras secundárias. Uma vez que Baumann não indica como definir os limites territoriais das *villae*, a classificação de um estabelecimento rural repousa, mais do que em qualquer outro processo, no tipo de vestígios encontrados na zona residencial e na observação da área por eles ocupada, método que temos utilizado com êxito nos trabalhos de prospecção luso-franceses na região alentejana da Vidigueira. No que toca à análise da estrutura económica a posição do autor só parcialmente corresponde à divulgada teoria desenvolvida por E. Schtarman em *Die Krise der Sklavenhalterordnung im Westen des Römischen Reiches*, Berlim, 1964: a economia das *villae*, pertencentes à burguesia urbana, é caracterizada pela estrutura escravagista, herdada da República, e orientada para o mercado, em especial para o mercado urbano; entra em crise a partir do século n o que obriga a *villa* a ceder o lugar ao *latifundium* e ao colonato. Com efeito, o trabalho de Baumann atribui uma importância fundamental à mão-de-obra servil e considera os centros urbanos e militares como os mercados preferenciais, mas destaca, por outro lado, a existência de numerosos proprietários não integrados nas elites urbanas e confirma a continuidade do sistema até ao final do século iv. A investigação desenvolvida pelo autor permitiu ainda verificar a existência de formas de economia mista nas *villae*, bem como de actividades artesanais

que atingiram, em determinados casos, o nível da especialização, concorrendo com a produção urbana, nomeadamente a nível dos materiais de construção (p. 27-29). Problemas tão complexos só muito dificilmente poderiam ser debatidos e resolvidos em tão poucas páginas. Baumann refere que as escavações confirmaram um pouco por toda a parte o tipo de implantação indicado para as *villae* por Catão e Columela, o que permite abordar de novo o problema do pessoal utilizado nos trabalhos agrícolas, em especial em relação ao primeiro daqueles autores, que aconselha a escolha de locais perto de centros urbanos e de vidas de comunicação seguras, assim como na proximidade de uma aglomeração rural capaz de fornecer sem dificuldades os trabalhadores necessários. Baumann considera que a maioria dos trabalhadores eram escravos e libertos e, embora admitindo o recurso à mão-de-obra livre, a que atribui, cremos que com razão, um estatuto social e económico humilde (p. 28-29), não explica a sistemática procura de vizinhança com os *vici*, que parece sugerir uma larga utilização de trabalhadores livres.

No segundo capítulo, o autor traça um quadro geral da situação na Dóbruja entre os séculos i e iv, sob o ponto de vista político e administrativo, definindo seis períodos principais, dos quais, aliás, os dois primeiros pertencem ao século I a. C.. O *terminus* escolhido, 379, ao contrário do que tantas vezes acontece, tem muito pouco de convencional (p. 196-203), relacionado como está com as desastrosas consequências produzidas no Baixo-Danúbio pela invasão visigótica e pela dramática derrota do imperador Valente em 378. A organização do território acompanhou a evolução política e militar da presença romana entre a segunda metade do século i e o início do século II, podendo considerar-se terminada com as medidas tomadas na época de Trajano no sentido de definir rigorosamente os limites dos territórios existentes na região, nomeadamente através de numerosos *termini* (p. 38), e integrar num sistema administrativo coerente não só as várias comunidades de tipo romano mas também as comunidades indígenas, o que terá sido facilitado pelo reduzido desenvolvimento da vida municipal na região. Ao mesmo tempo, Baumann confirma a sobrevivência, ou talvez melhor, a continuidade de certas tradições indígenas bem como, por outro lado, o papel activo dos notáveis locais num processo que terminou com a integração económica e cultural da população geto-dácica (p. 38-39).

A organização administrativa da região foi fortemente condicionada por factores de ordem estratégica. O autor considera a hipótese de existirem dois territórios castrenses (*prata legionum*), um ao longo da fronteira oeste, atribuído à *Legio V Macedonica*, outro a norte, sob jurisdição da *Classis Flavia Moesica*, a frota danubiana baseada em *Noviodunum*, como parece provar a resolução de um pleito territorial por um dos seus prefeitos (*CIL* III 14 447). Contrariando opiniões anteriores (S. Lambrino, *Traces épigraphiques de centuriation romaine en Scythie mineure*, «Hommage Grenier», Bruxelas, 1962, p. 928-939), Baumann chama a atenção para a inexistência de centurição romana na Dóbruja, o que, segundo o autor, poderá resultar das condições político-militares e sócio-económicas que determinaram a colonização e repartição das terras no Baixo-Danúbio (p. 40-41, 46). Quanto a

nós, a posição de Baumann, que não refere o artigo de Lambrino, parece apoiar-se mais na ausência de investigação do que numa pesquisa sistemática com resultados negativos, pelo que julgamos conveniente manter o assunto em aberto. Para melhor compreensão deste capítulo é muito útil o mapa com a restituição hipotética dos territórios (p. 152-153), mas teria sido conveniente, pois ajudaria a interpretar a distribuição das *villae*, cartografar, nos casos possíveis, a localização das unidades militares, tendo em conta que muitos dos proprietários referenciados eram veteranos, assim como as principais vias de comunicação terrestres. Aliás, ao longo de todo o capítulo, o autor destaca a importância da presença militar na região (p. 36-37), considerando-a como um dos factores fundamentais da romanização, entendida no sentido mais lato. Basta referir que sob Vespasiano a guarnição da Méssia, para além de numerosos corpos auxiliares estacionados nas velhas fortalezas getas, contava com quatro legiões, enquanto que regiões como a Península Ibérica e o Norte de África dispunham apenas de uma legião.

No capítulo terceiro, sob o título *Villa romanã in Dobrogea*, encontramos o essencial do trabalho de Baumann, capítulo que, com os anexos respectivos, ocupa 157 de um total de 203 páginas de texto. Profusamente ilustrado, conta ainda com 408 notas de rodapé, o que, por si só, traduz a riqueza da investigação que nos é oferecida pelo autor numa síntese que utiliza até aos limites os materiais disponíveis, sem concessões de facilidade. Depois de descrever o quadro geográfico e natural da Dóbruja, especialmente apto a estimular uma economia mista, Baumann refere que, até há pouco tempo, havia apenas quatro sítios escavados considerados como testemunhos concretos de existência de *villae* na Dóbruja, e que o rico material epigráfico da região contém poucas referências precisas a propósito dos proprietários fundiários. Em seguida, o autor indica-nos o método que utilizou, englobando prospecção no solo, cartografia dos vestígios isolados para uma eventual interpretação de conjunto, análise crítica de descobertas anteriores, prospecção aérea e, como corolário lógico, execução de sondagens e de escavações sistemáticas em zonas diferenciadas. Tal método, apesar de não incluir o inquérito toponímico, merece-nos total aprovação e a seu favor depõe, mais do que a nossa pequena experiência, o resultado global alcançado por Baumann.

A abordagem das fontes epigráficas, quantas vezes perigosa quando não é sujeita a uma estrita disciplina, foi efectuada segundo uma metodologia exigente, seleccionando as epígrafes de forma a excluir elementos pouco seguros. Assim, o autor conseguiu, a partir do estudo completo dos monumentos considerados significativos, referenciar 33 domínios rurais seguros e 11 possíveis. No conjunto foi possível destacar 24 propriedades pertencentes a veteranos, 3 a peregrinos e 17 a cidadãos romanos não militares. O núcleo mais importante, com 11 referências, situa-se na região de Tómis (p. 148). Para uma apreciação rápida dos dados epigráficos o anexo I é da maior utilidade (p. 154-157). São especialmente interessantes os *termini* (n.º 1, 2), as inscrições referentes a chefes romanizados de comunidades indígenas, os *Principes Locorum* (n.º 8, 9, 10), em tudo idênticos aos que se conhecem no noroeste hispânico (A. Tranoy, *La Galice romaine*, Paris, 1981, p. 375),

e ainda as que precisam o local do falecimento sob a forma *obitus ad villam suam* (n.º 12, 13, 20) ou *mtmoriā fecit in praedio suo* (n.º 3). Como só três das inscrições foram redigidas em grego (n.º 7, 14, 24) podemos deduzir que o elemento helénico perdeu terreno em face da colonização romana, o que parece contradizer a importância atribuída pelo autor ao estabelecimento na região de numerosos colonos grego-orientais sob os Antoninos (p. 150), a menos que tenham escolhido residir em meio urbano, como é provável. Quanto ao estatuto social dos proprietários o estudo de Baumann identifica o grupo habitual: veteranos, colonos civis, notáveis locais romanizados, um ou outro peregrino (p. 50-63). Mais uma vez deparamos com o reflexo de um modelo de exploração provincial repetido por todo o Império, evidenciado ainda mais pela presença no referido grupo de numerosos magistrados urbanos, confirmando uma vez mais o ascendente da burguesia urbana nas relações cidade-campo. Nós próprios tivemos oportunidade de verificar tal facto quando estudamos os testemunhos epigráficos da implantação rural romana na região de Torres Vedras (V. Mantas, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, «Conimbriga», XXI, 1982, p. 76-77). Umadas conclusões mais importantes do trabalho de Baumann, relacionada com a densidade do povoamento, consiste em negar a existência de grandes propriedades na Dóbruja, a menos que os *latifundia* fossem constituídos por terrenos dispersos centrados em outras tantas *villae* administradas por intendentos (p. 64), o que aliás, nem sempre é fácil de verificar. Apesar das perturbações do século III, esta situação teria permanecido até ao século IV, quando a *villa* é substituída pela grande propriedade trabalhada por colonos (p. 123-124, 150-151). Gostaríamos que o problema da sobrevivência do sistema entre meados do século III e finais do século IV tivesse sido analisado com maior profundidade, não tanto por contrariar o pretendido divórcio entre a *villa* e a cidade mas, sobretudo, porque não é evidente o desenrolar do processo que produziu tão radical transformação na Dóbruja romana, como aliás também o não é noutras regiões do Império.

Depois de referir algumas descobertas arqueológicas já conhecidas, Baumann descreve pormenorizadamente os seus trabalhos de campo, nomeadamente as escavações e sondagens, sem que se compreenda, todavia, o critério de ordenação dos temas tratados, quase todos relacionados com acções no norte da Dóbruja. O autor utilizou como método de prospecção de *villae* a observação de um conjunto de elementos comuns, verificados em situações anteriores, nomeadamente a presença de um montículo funerário perto das ruínas, a implantação, sempre junto a cursos de água, de uma nascente e de caminhos antigos, bem como a dimensão da área de dispersão dos vestígios materiais das *villae*, normalmente de 3000 a 6000 metros quadrados, superfície que coincide, na maior parte dos casos, com a dos remanescentes considerados como do estabelecimentos do mesmo tipo identificados através de prospecção sistemática na zona alentejana da Vidigueira, o maior dos quais corresponde precisamente ao limite máximo de 10 000 metros quadrados apontado por Baumann (p. 76-77). Graças ao método referido foi possível identificar 28 sítios romanos, 9 dos quais na área de

Noviodunum (p. 148). O recurso à fotografia aérea oblíqua também não foi esquecido pelo autor, que considera este método o mais eficaz não só para identificar sítios como para fornecer indicações quanto à sua dimensão, tipo e estado de conservação. Assim, e num único voo de duas horas e meia, Baumann pode detectar três *villae* na região de Tulcea, uma das quais permitiu fotografias capazes de revelarem a planta e, consequentemente, a integração numa série tipológica (p. 85-87, pi. XI). Não queremos deixar de observar porém, que a reduzida utilização do método foto-aéreo parece reflectir a dificuldade que os arqueólogos experimentam em obter meios aéreos para desenvolvimento dos seus planos de investigação, não obstante a comprovada eficácia da fotografia aérea em trabalhos de prospecção, dependentes, por outro lado, de uma indispensável verificação no solo dos vestígios assinalados.

No território de *Noviodunum*, o autor identificou 10 *villae*, 4 de economia predominantemente pastoril, centradas no *civus* de Niculitel, 6 de economia mista situadas na proximidade da grande via que conduzia à cidade. Este facto permite destacar de novo a importância do problema do transporte e comercialização da produção. Baumann esboça um quadro extremamente pertinente da estrutura administrativa do termo de *Noviodunum*, destacando a existência de *villae* organizadas em torno de um *vicus*, formando um *pagus* (p. 74-75). Em Portugal, pesquisas para reconhecer este tipo de organização, em especial a norte do Tejo e para o período que antecede o desenvolvimento da vida municipal, não deixarão, decerto, de produzir resultados positivos.

Também os problemas tecnológicos mereceram a atenção do autor: um depósito de utensílios agrícolas, escavado em Mangaba, onde entre a numerosa *ferramenta* se encontrou um ferro de charrua tipo *vomer*, permite, segundo Baumann, apreciar o grau de desenvolvimento da agricultura praticada na Dóbruja, por vezes considerada inferior à de outras regiões do Império (P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, p. 304); na zona de Telita, área densamente arborizada, Baumann praticou sondagens numa *villa* pondo a descoberto 5 fornos para redução de minério de ferro, do tipo Windofen, achado que, juntamente com outros, leva o autor a atribuir às *villae* da zona, na primeira metade do século m, características artesanais centradas na metalurgia ferrosa e no fabrico de telhas. Em Horia, ainda na região de Telita, cujo centro principal na antiguidade era a cidade de *Troesmis*, Baumann escavou, numa situação de emergência provocada pela construção de uma barragem, parte da necrópole e da residência de uma *villa*, incluindo um pequeno balneário. O edifício, relativamente modesto, mas bem concebido, aproxima-se do modelo itálico tardo-republicano e terá sido construído no século ii, como os tijolos com a marca da legião *V Macedonica* sugerem (p. 122). A dispersão das instalações da *villa* exigiria, também neste caso, uma escavação mais desenvolvida, pois enquanto não se escavarem sistematicamente os estabelecimentos agrícolas, quaisquer conclusões devem ser mantidas *sub judice*. Um *vicus* situado numa baixa nas cercanias da *villa* foi, no século iv, deslocado para uma posição elevada, facto interessante que não mereceu a atenção do autor.

Ainda sobre a estrada que conduzia do *vicus* de Niculitel a *Noviodunum*, Baumann efectuou sondagens numa *villa rustica* no vale de Capaclia, possivelmente pertencente a um veterano grego-oriental: *Aufidius Phebus*. Como a sondagem não atingiu o edifício principal, mais uma vez se justifica uma certa prudência em relação a conclusões deste tipo, tanto mais que o grafito em que se baseia a atribuição foi executado depois da cozedura (p. 95-97). Um aspecto de grande interesse focado pelo autor, mas infelizmente pouco desenvolvido, prende-se com o fornecimento de água às *villae* a partir do aqueduto urbano de *Noviodunum* (p. 97). Na mesma zona, Baumann dá-nos a conhecer pormenorizadamente uma das quatro *villae* do grupo dedicado à criação de gado. Estabelecida num pequeno planalto, perto de uma estrada, a planta acusa acentuada funcionalidade, com as construções ocupando três lados de um pátio central (p. 99). Toda a estrutura, pertencente a uma reconstrução de finais do século II, concorda com o tipo de actividade desenvolvida, com grandes espaços cobertos, de planta basilical, alojamentos muito simples e duas cisternas com razoável capacidade, cuidadosamente construídas (p. 104). O excelente trabalho realizado pelo autor em Niculitel parece-nos de grande importância mas suscita um problema metodológico fundamental: será possível classificar como *villa* um estabelecimento rural onde, para além dos alojamentos do pessoal, se não encontraram traços de uma zona habitacional mais elaborada e melhor equipada? Julgamos que não; Baumann deve igualmente ter experimentado dúvidas a esse respeito, reflectidas na designação *fermã ruralà* que utilizou no título do parágrafo (p. 97).

O último tema do capítulo é o dos estabelecimentos rurais tardios. O autor sondou e escavou dois sítios vizinhos, concluindo que os vestígios descobertos, caracterizados por uma grande rusticidade e por evidentes preocupações defensivas, como mostram as armas encontradas (p. 195), provam a existência, no século IV, de estabelecimentos agrícolas produzindo para o mercado, continuando a tradição das *villae rusticae* (p. 132). Poderemos acrescentar que as condições de Baumann reforçam as provas a favor da persistência de uma agricultura organizada em áreas fortemente perturbadas, independentemente da destruição de instalações (p. 131), e apoiam a existência de propriedades de pequena extensão inseridas entre os grandes domínios de tipo contínuo, em formação, segundo cremos, em parte como consequência da reforma fiscal e monetária constantiniana.

Nas observações finais, Baumann sumaria a evolução das *villae* no território, relacionando-a permanentemente com os acontecimentos de ordem político-militar que condicionaram a romanização do Baixo-Danúbio. Para o autor, todo o processo foi ditado exclusivamente por razões de ordem económica, sem deixar de considerar, aliás, o papel de difusão da cultura material e espiritual romana assegurado pelas *villae*, o qual, agregando à estrutura romana as comunidades rurais indígenas, permitiu a participação activa da população geto-dácica na sua própria romanização. Tal facto foi ainda reforçado pela dependência de todo o sistema dos centros do *limes* e pela provincialização dos efectivos militares. Trata-se de um quadro talvez dema-

siadamente simplificado, reflectindo quer as opções do autor, quer os condicionalismos, de uma investigação apenas iniciada, como tão evidentemente demonstra o quadro incluído na página 148: em 93 *villae*, ou estabelecimentos assim classificados, 44 foram referenciados por dados epigráficos, enquanto que a prospecção permitiu identificar 31 sítios; as sondagens e escavações verificaram-se apenas em 7 estações. Tais limitações, perfeitamente admissíveis, de maneira nenhuma desvalorizam a obra de Baumann, que, a par de outros trabalhos já publicados sobre a mesma região (A. Aricescu, *Armata in Dobrogea romană*, Bucureste, 1977; A. Suceveanu, *Viata economică in Dobrogea romană*, Bucureste, 1977), fica a constituir um elemento de consulta obrigatória. Apenas lamentamos que a qualidade das cartas dificulte por vezes a compreensão do texto e que a ausência de índices torne difícil a utilização da obra. Sem pretender ser uma síntese, mas sim um ponto de partida (p. 9), este trabalho, patrocinado pelo Museu do Delta do Danúbio, permite um melhor conhecimento da implantação romana na região, não escondendo os numerosos problemas próprios de uma investigação quase pioneira e de uma assunto tão atraente como complexo: o das estruturas rurais. Baumann afirma-se como um arqueólogo completo, capaz de unificar num estudo coerente as informações obtidas em fontes de tipo muito diverso, oferecendo aos investigadores uma obra muito feliz, em tudo digna do notável esforço da arqueologia romena para recuperar e dar a conhecer uma história que, por ser real, é ainda mais admirável do que a da crónica de Cantemir, enriquecendo, simultaneamente, os laços de união entre os povos latinos.

VASCO GIL MANTAS

JOSÉ MANUEL GARCIA, *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Museu de Tavares Proença Júnior, Castelo Branco, 1984, 187 p., 27 est., 1 mapa desdobrável.

Uma das áreas de maior interesse para o estudo da epigrafia luso-romana é, pela abundância e características dos monumentos regionais, a que corresponde modernamente ao Distrito de Castelo Branco. Basta recordar a impressionante colecção de inscrições conservada em Idanha-a-Velha, a qual, tendo em conta a sua origem, se pode considerar, com as suas quase 200 epígrafes, como a mais importante do País. Não é de estranhar, portanto, que os epigrafistas se tenham ocupado com frequência do estudo de material tão propício, nem sempre, infelizmente, da forma mais conveniente. Como reflexo desse interesse surgiu ultimamente, publicado pelo Museu de Tavares Proença Júnior, o catálogo da colecção de epigrafia luso-romana desta instituição cultural da capital da Beira-Baixa, da autoria de José Manuel Garcia. O referido trabalho pretende colmatar uma lacuna importante, reunindo num volume de agradável